

Estruturalismo e Pós-Estruturalismo na Escrita da História: Uma introdução ao debate

Structuralism and Post-Structuralism in the Writing of History: An Introduction to the Debate

Estructuralismo y Posestructuralismo en la Escritura de la Historia: Una Introducción al Debate

Tallita Stumpp*

Leandro Couto Carreira Ricon**

Resumo: Este artigo introdutório ao tema, fundamentado em revisão bibliográfica, apresenta uma análise das principais contribuições do estruturalismo e do pós-estruturalismo para a escrita da história. Inicialmente, contextualiza o surgimento do estruturalismo, destacando a incorporação desse paradigma pela antropologia através da obra de Claude Lévi-Strauss, que desloca o foco do acontecimento histórico para as estruturas permanentes que balizam as culturas humanas. Em resposta, a historiografia francesa, especialmente com Fernand Braudel, valoriza a longa duração e a dialética entre evento e estrutura, ampliando os horizontes metodológicos da disciplina sem abandonar a temporalidade. A seguir, o texto aborda o pós-estruturalismo, com especial destaque a Michel Foucault, cuja análise das práticas discursivas e das relações de poder reconfigura a produção historiográfica ao recusar uma história linear e totalizante. Conclui-se que o diálogo entre essas correntes permanece relevante para os estudos históricos contemporâneos, ao ampliar as perspectivas sobre a construção do conhecimento e a complexidade da experiência humana.

Palavras-chave: Historiografia. Estruturalismo. Pós-estruturalismo.

Abstract: This introductory article, based on a literature review, presents an analysis of the main contributions of structuralism and post-structuralism to the writing of history. It initially contextualizes the emergence of structuralism, highlighting the incorporation of this paradigm into anthropology through the work of Claude Lévi-Strauss, who shifts the focus from historical events to the enduring structures that underpin human cultures. In response, French

* Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. Graduada em Licenciatura em Letras e História. Graduanda em Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria da História e Educação (GEPETHE), da Universidade Católica de Petrópolis.

** Doutor e Mestre em História Comparada pelo Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Católica de Petrópolis no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UCP) e na Licenciatura em História. Professor na Universidade de Pernambuco (UPE-UAB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria da História e Educação (GEPETHE). Pesquisador filiado à International Network for Theory of History (INTH), ao Laboratório de Pesquisas em Teoria da História e Interdisciplinaridade (LAPETHI-UFRRJ), e ao Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina (GEHSCAL-UPE).

historiography, especially with Fernand Braudel, values the *longue durée* and the dialectic between event and structure, expanding the methodological horizons of the discipline without abandoning temporality. Next, the text addresses post-structuralism, with special emphasis on Michel Foucault, whose analysis of discursive practices and power relations reconfigures historiographical production by rejecting a linear and totalizing history. It concludes that the dialogue between these currents remains relevant for contemporary historical studies by broadening perspectives on knowledge construction and the complexity of human experience.

Keywords: Historiography; Structuralism; Post-structuralism.

Resumen: Este artículo introductorio al tema, fundamentado en una revisión bibliográfica, presenta un análisis de las principales contribuciones del estructuralismo y del post-estructuralismo a la escritura de la historia. Inicialmente, contextualiza el surgimiento del estructuralismo, destacando la incorporación de este paradigma por la antropología a través de la obra de Claude Lévi-Strauss, quien desplaza el foco del acontecimiento histórico hacia las estructuras permanentes que delimitan las culturas humanas. En respuesta, la historiografía francesa, especialmente con Fernand Braudel, valora la larga duración y la dialéctica entre evento y estructura, ampliando los horizontes metodológicos de la disciplina sin abandonar la temporalidad. A continuación, el texto aborda el post-estructuralismo, con especial énfasis en Michel Foucault, cuya análisis de las prácticas discursivas y las relaciones de poder reconfigura la producción historiográfica al rechazar una historia lineal y totalizante. Se concluye que el diálogo entre estas corrientes permanece relevante para los estudios históricos contemporáneos, al ampliar las perspectivas sobre la construcción del conocimiento y la complejidad de la experiencia humana.

Palabras clave: Historiografía; Estructuralismo; Post-estructuralismo.

Uma advertência

Este artigo foi concebido como uma introdução destinada especialmente a estudantes de graduação em história que estão se deparando pela primeira vez com os debates em torno do estruturalismo, do pós-estruturalismo e de seus impactos sobre a escrita da história. Sabemos que os conceitos envolvidos são desafiadores, envolvendo vocabulário técnico ou referenciais teóricos que não fazem parte da formação inicial dos cursos. Nosso objetivo, portanto, não é esgotar os temas, tampouco oferecer interpretações inéditas, mas apresentar de maneira clara e acessível um mapa introdutório a partir de uma revisão bibliográfica já consolidada.

O ponto de partida deste texto é a conhecida crise das ciências humanas na primeira metade do século XX, especialmente no que diz respeito à disciplina histórica. Essa crise coincide com o surgimento do estruturalismo, cujas bases foram lançadas por Ferdinand de Saussure (1857 - 1913) no campo da linguística. A partir disso, passamos à delimitação do conceito de estrutura, que será central para compreender como o

estruturalismo não se apresenta como uma escola única e homogênea, mas como um fenômeno plural que se manifesta de diferentes formas nas ciências humanas.

Na sequência, dedicamos uma seção ao pensamento de Claude Lévi-Strauss (1908 - 2009), figura fundamental da antropologia estrutural, destacando como sua obra resulta do diálogo entre a antropologia e a linguística. Esse momento é fundamental para compreendermos por que o estruturalismo exerceu tanta influência em outras disciplinas, inclusive na história, que se viu interpelada pelas críticas e sugestões metodológicas oriundas dessa corrente. A partir disso, analisamos como a historiografia respondeu a essas críticas, especialmente através do pensamento de Fernand Braudel (1902 - 1985), autor que reconfigurou os tempos da história propondo um modelo que dialoga diretamente com algumas das premissas estruturalistas, sem, contudo, abandonar a especificidade do trabalho do historiador.

Nos encaminhando para o final, abordamos o surgimento do pós-estruturalismo, compreendido aqui não como uma negação pura do estruturalismo, mas como um deslocamento teórico que, ao mesmo tempo, continua e rompe com as bases estabelecidas por ele. Ainda que este ponto seja tratado de forma introdutória, procuramos mostrar como essa mudança afetou a reflexão epistemológica sobre as ciências humanas e sobre a escrita da história. Por fim, dedicamos uma seção ao pensamento de Michel Foucault (1926 - 1984), autor que desafia classificações rígidas. Embora frequentemente incluído nas fileiras do estruturalismo ou do pós-estruturalismo, Foucault se posiciona de maneira única. Sua obra trouxe contribuições para se pensar a história não como uma sucessão linear de eventos, mas como um campo de disputa, descontinuidades e jogos de poder.

Reforçamos que este texto tem caráter introdutório. Seu propósito é oferecer uma base mínima e organizada para que os estudantes da graduação possam se aproximar desses debates com maior segurança e, a partir disso, aprofundar seus estudos por meio das obras e autores indicados ao longo do caminho.

Estruturalismo: uma história inicial

Já no início do século XX, intelectuais como Henri Berr apontavam para uma crise da história (Berr, 1911). Logo em seguida, essa crise epistemológica se aprofundaria, colocando em xeque os saberes históricos, percebidos como

demasiadamente elitistas e baseados em uma cronologia linear e vazia (Benjamin, 1984). O projeto de um conhecimento histórico objetivo, cumulativo e racional passou a ser cada vez mais questionado diante de transformações sociais drásticas, como as guerras mundiais, o avanço dos totalitarismos e o declínio da crença no progresso científico como guia da sociedade. A própria história, enquanto disciplina acadêmica configurada no século XIX, vacilava em sua confiança metodológica, pressionada por questionamentos acerca de sua validade muitas vezes provenientes de outras áreas que ganhavam prestígio, como a sociologia e a antropologia que, então, se apresentavam como campos mais científicos do que a história.

A ascensão da sociologia e da antropologia, especialmente na França e nos Estados Unidos, foi acompanhada de uma tentativa de aproximação com as ciências naturais, tanto no que diz respeito ao vocabulário, quanto à sistematização de suas abordagens. Ao privilegiar regularidades, busca por leis e estruturas inerentes do comportamento humano, essas ciências afastaram-se do modelo compreensivo buscado pela história, reivindicando um estado epistemológico mais sólido. Essa mudança paradigmática possibilitou um novo horizonte intelectual, no qual o formalismo e o modelo sistêmico passaram a ocupar lugar de destaque. É nesse cenário que se insere o nascimento do estruturalismo, inicialmente como método de análise linguística e, logo depois, como programa epistemológico transdisciplinar.

Convencionou-se delimitar a origem conceitual do estruturalismo à obra póstuma de Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística Geral* (1971), publicada em 1916 a partir das anotações de seus alunos relativas aos cursos que proferiu entre 1907 e 1911. Nesta obra, Saussure concebe a língua como um sistema fechado de signos, no qual cada unidade adquire sentido a partir de sua posição relacional no conjunto e não por referência direta ao mundo empírico. Assim, a língua é entendida como uma totalidade ordenada cujos elementos apenas podem ser definidos uns em relação aos outros, e não por qualquer característica intrínseca. Essa ênfase na estrutura interna da linguagem e nas relações diferenciais entre os signos é o fundamento da abordagem estrutural (Araújo, 2011; Sales, 2003). Nesses termos, o aspecto fundamental da concepção de linguagem de Saussure é a analogia que o autor estabelece entre a língua e o jogo ou, melhor dizendo, as regras que estruturam um jogo. Como em um jogo, existem movimentos permitidos e proibidos, determinadas peças e funções, na linguagem também existem limites estruturais que orientam o que pode ou não pode ser

dito. Logo, a estrutura linguística define um campo de possibilidades, delimitando os falantes mesmo sem que estes percebam conscientemente as regras às quais estão subordinados. Isso é central porque, ao menos em teoria, ultrapassaria o campo da linguística: se a linguagem, como *fato social*, pode ser compreendida como estrutura, por que não estender esse raciocínio a outras práticas sociais? Essa questão orientaria o projeto antropológico estruturalista de intelectuais como Lévi-Strauss, que leriam a cultura como linguagem, propondo uma nova ontologia social: não mais aquela do sujeito consciente e criador, tal qual o iluminismo, mas a das estruturas impessoais que regulariam a significação (Masaro, 2018).

O impacto da proposta de Saussure foi significativo não apenas no campo da linguística mas, também, nas ciências humanas como um todo. Ao deslocar o foco analítico da evolução temporal dos elementos linguísticos para a consideração sincrônica de suas relações num dado momento, Saussure rompeu com a tradição historicista da linguística, até então dominante. Em síntese, a proposta de Saussure implicava que os sistemas simbólicos, como a linguagem, deveriam ser analisados em seu funcionamento presente, como uma totalidade organizada cuja regra interna é mais significativa do que suas transformações ao longo do tempo, ainda que não tenha ignorado a diacronia¹.

Salienta-se, contudo, que embora a teoria que emergisse dessa perspectiva viesse a ser chamada de *estruturalismo*, o próprio Saussure pouco utilizou o termo *estrutura* em sua obra, preferindo o termo *sistema* como um descritivo da organização da língua. Essa distinção é fundamental, uma vez que revela que o estruturalismo proposto por autores posteriores foi uma leitura e, em certa medida, uma extrapolação, das categorias do autor. Ou seja, o conceito de *estrutura* seria desenvolvido, mais tarde, por outros linguistas e teóricos sociais e culturais que veriam no sistema da linguagem um modelo aplicável a outros domínios. Esse movimento de expansão conceitual transformaria,

¹ É importante enfatizar que Saussure não nega a historicidade da linguagem. O que ele afirma é que a história da língua não é percebida diretamente pelos falantes. A mudança linguística ocorre de maneira difusa, acumulando pequenas transformações sincrônicas que, vistas retrospectivamente, constituem um processo diacrônico. Assim, a história da linguagem não desaparece no estruturalismo proposto pelo autor, mas é compreendida como uma sucessão de sistemas sincrônicos, cada qual operando com uma lógica interna própria. Esse tratamento da história, menos como um fluxo contínuo e mais como uma série de cortes, encontra ressonância na maneira como os estruturalistas passariam a pensar a própria história da cultura. Trata-se, portanto, de uma mudança na compreensão da temporalidade, o que terá consequências importantes para a historiografia, especialmente a partir dos anos 1950. Para uma explicação mais detalhada da obra de Saussure e que dialoga com a proposta deste texto, cf. Masaro, 2018.

portanto, a ideia de estrutura em um modelo de inteligibilidade capaz de oferecer subsídios para a análise de mitos, sistemas de parentesco, rituais, narrativas e várias outras manifestações simbólicas.

A passagem da abordagem linguística proposta por Saussure para as ciências humanas foi possibilitada, sobretudo, pelos trabalhos de autores como Louis Hjelmslev, Roman Jakobson e Nikolai Trubetzkoy, figuras centrais do chamado Círculo Linguístico de Praga. Dentre outros, estes teóricos foram os responsáveis pelo desenvolvimento de uma linguística estrutural capaz de operar com categorias abstratas (Sales, 2003). Paul Ricoeur afirmaria que apenas a partir do contato de Lévi-Strauss com esses linguistas, e não diretamente com Saussure, é que o estruturalismo encontrou sua possibilidade nas ciências humanas (Ricoeur, 1970). Nesses termos, Saussure teve uma “importância funcional” para os antropólogos apenas na medida em que estes já haviam absorvido os princípios formulados por Jakobson e Trubetzkoy. Essa mediação tornou possível uma transposição metodológica para o estudo da cultura, da mesma forma que Saussure havia proposto para a linguagem.

O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss firmou-se como nome incontornável ao se pensar o estruturalismo nas ciências humanas. Sua decisiva aproximação da teoria proposta por Saussure ocorreu em Nova Iorque, na New School for Social Science Research, a partir de seu encontro com Roman Jakobson (Brandão, 2015). Da interlocução entre ambos surgiria, em 1949, *As Estruturas Elementares do Parentesco* (Lévi-Strauss, 1982) obra que fundamentaria a antropologia estrutural, bem como se transformaria em referência fundamental para as futuras aplicações do método estrutural nas ciências humanas. Nesta obra, Lévi-Strauss utilizou a abordagem da linguística estrutural para analisar os sistemas de aliança matrimonial, mostrando que ocorrem princípios de organização formal que regem as trocas simbólicas entre grupos. Com essa obra, Lévi-Strauss apontou para a possibilidade de que toda a cultura fosse pensada como uma linguagem: mais precisamente, como um sistema estruturado de significação.

Autores como Lévi-Strauss integravam uma atmosfera intelectual significativamente mais ampla em que outras disciplinas também buscavam reformulações teóricas por meio da incorporação de modelos formais. Uma dessas disciplinas que exerceria influência nas ciências humanas foi a matemática, principalmente a partir do coletivo matemático francês conhecido como Bourbaki. Os Bourbaki concebiam a estrutura como um conjunto de relações entre elementos,

deixando em segundo plano o conteúdo empírico desses elementos. Essa concepção influenciou a noção levi-straussiana de ciência como estudo das formas abstratas e das regras que organizam os sistemas simbólicos ao ponto de André Weil, um dos integrantes dos Bourbaki, ter contribuído com um apêndice matemático à obra *As Estruturas Elementares do Parentesco* (Weil, 1982), evidenciando o grau de aproximação entre a matemática formalista e a antropologia estrutural (Sales, 2003). Apesar do entusiasmo estruturalista por modelos formais e matemáticos, poucos autores conseguiram incorporar com rigor a sofisticação da linguagem matemática ao estudo da cultura. Segundo Vincent Descombes (1979), apenas Michel Serres conseguiu efetivar claramente essa transposição, mantendo o detalhamento técnico exigido pelas ciências formais sem sacrificar a complexidade dos fenômenos culturais. Serres, filósofo da ciência e historiador das ideias, operava na confluência entre matemática, física e filosofia, e foi um dos poucos a demonstrar que a ideia de estrutura podia ser mais do que uma metáfora, se convertendo em um modelo operativo de análise, mesmo fora dos domínios da lógica ou da álgebra. Esse ponto parece relevante, uma vez que auxilia na compreensão de que o estruturalismo, embora muitas vezes invocado como método rigoroso, nem sempre conseguiu manter internamente o mesmo grau de formalização que o inspirou (Sales, 2003).

Da pluralidade do estruturalismo e do conceito de estrutura

O estruturalismo certamente não surgiu nem se consolidou como uma escola de pensamento ou uma doutrina, mas sim como um movimento plural atravessado por diferentes disciplinas e abordagens. Essa é exatamente uma das maiores dificuldades, inclusive, em caracterizá-lo: sua heterogeneidade. Afinal de contas, apesar de certas premissas gerais, o estruturalismo se apresentou em projetos intelectuais diversos. Em síntese, o estruturalismo não se tratou de um programa institucional unificado, mas de uma sensibilidade compartilhada por autores originários dos mais diversos campos (antropologia, linguística, psicanálise, filosófica, crítica literária...), todos empenhados em repensar os fundamentos de suas disciplinas à luz de uma lógica estrutural. Essa amplitude pode ser percebida a partir dos nomes mais frequentes associados ao movimento, como Jacques Lacan, Louis Althusser, Roland Barthes e, é claro, o próprio Lévi-Strauss, entre outros que, embora não necessariamente tenham se autoidentificado

como estruturalistas, assim foram lidos, debatidos e agrupados, muitas vezes por seus contemporâneos. O que une autores tão distintos é a aposta em uma epistemologia que recusava a primazia do sujeito, a narrativa historicista, a introspecção fenomenológica e as categorias da consciência existencialista para, em seu lugar, buscar as estruturas inconscientes, as regras do funcionamento simbólico e os sistemas impessoais que balizam a linguagem, a cultura e o pensamento (Araújo, 2011; Sales, 2003).

Essa nova percepção não surgiu do nada, mas como uma resposta a determinados momentos que marcaram o século XX. Primeiramente, o esgotamento das filosofias da história, bem representadas em correntes da fenomenologia e do existencialismo que haviam dominado o pensamento francês nas décadas de 1930 e 1940, principalmente com autores como Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty. Neste sentido, o estruturalismo se opõe ao existencialismo e à fenomenologia, substituindo a centralidade da agência pela primazia das estruturas que, escapando à consciência, determinam a ação humana. Em segundo, e de forma indissociável do primeiro, encontra-se o elemento histórico. A Segunda Guerra Mundial marcou o colapso definitivo de certas crenças humanistas que ainda resistiam após a Primeira Guerra: a magnitude da destruição, os genocídios, os campos de extermínio e a utilização da ciência a serviço da barbárie colocaram em xeque a ideia de progresso histórico e, com ela, a própria noção de história como narrativa racional e, em muita medida ainda, teleológica. Com isso, a confiança em um destino histórico comum da humanidade – uma das mais profundas heranças no iluminismo – foi abalada (Araújo, 2011). Ainda no momento pós-guerra, os processos de descolonização não podem ser ignorados: o colapso dos impérios neocoloniais obrigou intelectuais, especialmente franceses, a repensarem o eurocentrismo, revendo os pressupostos que sustentavam a superioridade ocidental sobre outras culturas. Neste contexto, disciplinas como a antropologia estrutural proposta por Lévi-Strauss ganhavam centralidade ao propor uma leitura da cultura humana baseada nas estruturas mentais: uma leitura que buscava evitar simultaneamente tanto o relativismo quanto a hierarquização cultural (Malerba, 2008)².

Essa nova perspectiva se impôs com tamanha força que, já nas décadas de 1950 e 1960, passaria a reivindicar uma posição central no campo intelectual francês, sendo lançado à condição de pensamento dominante ao propor uma ‘ontologização da estrutura’ e a ‘morte do sujeito’. Nesse processo, a antropologia estrutural tornou-se

² Para uma das mais completas análises da história do estruturalismo, cf. Dosse, 2018.

modelo e, nela, o historiador acabaria rebaixado a coletor de dados, sendo encarregado de reunir os registros do passado que seriam, posteriormente, ordenados pelos antropólogos. A história passou, assim, a ser vista como uma disciplina secundária, ideográfica por excelência, em contraste com a suposta dimensão nomotética da antropologia, que se auto-declarava como a única disciplina capaz de operar com a universalidade humana. O estudo da *estrutura*, nessa percepção, permitiria o trânsito do consciente ao inconsciente e do singular ao universal, instaurando um novo regime de saber (Malerba, 2008; Ferry & Renault, 1988; Dosse, 2018). Não surpreende, portanto, que os estruturalistas tenham tentado ultrapassar os limites da história tradicional, rejeitando os grandes protagonistas da política e da economia, os eventos marcantes, consolidados pelos Estados-nacionais, e as narrativas teleologicamente construídas em favor da atenção às lógicas não perceptíveis para os próprios atores históricos. O que interessava, portanto, não era o que os sujeitos diziam sobre si, mas o que os atravessava como sistemas de significação: estruturas míticas, linguísticas, culturais ou institucionais que determinavam as práticas sem que os sujeitos tivessem consciência disso. A história, nesse novo arranjo, portanto, não desaparece, mas se transforma: deixa de ser um encadeamento de causas e efeitos para se tornar um campo simbólico regido por regras formais (Malerba, 2008). Falta, porém, uma definição mais objetiva do que seria uma estrutura. E muitos autores o tentaram.

Retomando a leitura feita de Saussure, uma estrutura pode ser compreendida como um sistema integrado de elementos interdependentes. Ou seja, como uma organização cujos componentes mantêm entre si relações estáveis e organizadas de forma que qualquer alteração em um dos elementos afeta necessariamente o conjunto. Essa interdependência é o traço fundamental que distingue um sistema estrutural de um mero agregado de unidades isoladas. Em outras palavras, a coerência interna do sistema é o que garante sua estabilidade e, ao mesmo tempo, sua capacidade de transformação (Sales, 2003). Nas palavras de Jean Piaget, psicólogo e epistemólogo suíço que dedicou uma obra ao tema, uma estrutura é

um sistema de transformações que comporta leis enquanto sistema (por oposição às propriedades dos elementos) e que se conserva ou se enriquece pelo próprio jogo de suas transformações, sem que estas conduzam para fora de suas fronteiras ou façam apelo a elementos exteriores. Em resumo, uma estrutura compreende os caracteres de totalidade, de transformações e de autorregulação (1970, p. 8)

Em outras palavras, a estrutura é dotada simultaneamente de plasticidade e estabilidade, o que lhe permite conservar sua lógica mesmo ao se transformar. O historiador brasileiro José Carlos Reis decupa a interpretação piagetiana afirmando que

Jean Piaget, procurando definir mais sistematicamente o conceito fugidio de “estrutura”, chegou às seguintes características:

- a) é um “sistema”, uma coerência, que comporta leis que conservam o sistema, enriquecendo-o pelo jogo de suas transformações sem fazer apelo a elementos exteriores;
- b) é uma “totalidade”, os elementos constituem um todo, submetidos às leis de composição do sistema. Os elementos são relacionais;
- c) ela se “transforma”: as leis de composição são estruturadas e estruturantes. O sistema sincrônico da língua não é imóvel e repele ou aceita inovações. Há um equilíbrio diacrônico, uma reorganização, uma reestruturação. As estruturas são intemporais, lógico-matemáticas;
- d) ela se “autoregula”: elas são fechadas e as transformações não levam para fora de suas fronteiras. Uma subestrutura pode entrar em uma estrutura maior, mas isto não anula as suas leis internas. Há autoregulação lógico-matemática; e
- e) permite a “formalização”, que é obra do teórico e pode traduzir-se em equações lógico-matemáticas ou em um modelo cibernético. Mas, a estrutura é independente do modelo e pertence ao domínio particular da pesquisa. (Reis, 2009, p. 12)

É importante destacar que, para Piaget, as estruturas existem independentemente da consciência do pesquisador, descartando, contudo, três alternativas: (1) que as estruturas sejam dadas como essências eternas; (2) que surjam, de forma contingente, no curso da história; e (3) que possam ser retiradas do mundo físico (Sales, 2003). Trata-se, assim, de realidades descobertas por meio da atividade intelectual do sujeito cognoscente. Ao contrário do que afirmaram alguns críticos do estruturalismo, entretanto, Piaget apontou que os estruturalistas não acreditavam que as estruturas anulassem os sujeitos (Brandão, 2015)³. Nos termos apresentados até agora, como se levaria a efeito o estudo das estruturas?

Com base nesse horizonte conceitual, o método estruturalista pode ser definido como a tentativa de compreender as regras de transformações que organizam os elementos de um sistema. Estudar uma estrutura, portanto, não significa apenas descrever seus componentes estáticos, mas identificar os princípios de mudança que

³ Para uma discussão sobre a história da palavra *estrutura*, conferir Bastide (1971). Lefebvre (1971) tem um estudo interessante sobre o uso do termo em Marx.

regulam a passagem de uma configuração a outra. Essas transformações não ocorrem ao acaso, mas seguem uma espécie de sintaxe interna que define quais alterações são possíveis e quais são inviáveis dentro do sistema. Essa sintaxe das transformações, ao mesmo tempo que permite inovação, impõe limites, definindo a forma pela qual a estrutura se manifesta e se desenvolve concretamente nos modelos interpretativos. Uma vez definidos, esses modelos estruturais podem ser aplicados comparativamente, tanto no interior de uma mesma disciplina quanto de maneira interdisciplinar. Por exemplo, o modelo linguístico de Saussure serviu de base para a análise dos sistemas de parentesco em Lévi-Strauss, sendo posteriormente retomado por Lacan para pensar a estrutura do inconsciente. Essa transposição de modelos entre campos distintos não se faz por analogia superficial, mas pelo reconhecimento de que diferentes sistemas simbólicos compartilham lógicas formais comuns (Sales, 2003). A partir de agora, passa-se à análise de um dos autores centrais do estruturalismo, o já muitas vezes citado Claude Lévi-Strauss, responsável por balançar os alicerces da historiografia do século XX.

Lévi-Strauss: O estruturalismo e a crítica à história

Lévi-Strauss iniciou suas reflexões criticando o estatuto epistemológico das ciências humanas, especialmente por aquilo que classificou como sua insuficiência metodológica. Para o autor, as ciências humanas falharam ao tentar compreender o ser humano com base apenas em suas manifestações mais visíveis e superficiais, o que comprometeria sua pretensão de cientificidade. Em resposta a esse impasse, propôs um novo método que pudesse ultrapassar essa limitação analítica, acessando os mecanismos mais profundos do humano. Essa crítica às ciências humanas iniciou-se com uma crítica à sociologia e seu projeto de cientificidade proposto por Émile Durkheim e François Simiand. Na avaliação de Lévi-Strauss, a sociologia, tal como proposta por esses autores, apresentava limitações semelhantes às da história, ao tentar se legitimar como ciência sem possuir uma estrutura de análise suficientemente sólida. Seria a história, entretanto, seu principal alvo. Ainda que, em alguns momentos, tenha adotado uma postura ambígua frente à história, é evidente sua oposição à forma como essa disciplina era tradicionalmente concebida e valorizada. O embate com Sartre evidencia a crítica de Lévi-Strauss ao privilégio epistemológico conferido à história, baseado em uma suposta capacidade superior de explicar o tempo, a consciência e o sujeito, prerrogativas que

considerava ilusórias e perigosamente ideológicas (Reis, 2009). Essa crítica culmina em uma oposição clara e radical entre etnologia e história, que se manifesta em três níveis distintos: institucional, epistemológico e político. Institucionalmente, tratou-se de uma disputa pelo controle das instituições de ensino e pesquisa, em que a antropologia pretende assumir a liderança entre as ciências sociais. Epistemologicamente, há um confronto com a história progressiva, evolutiva e teleológica, considerada por Lévi-Strauss como ideológica e não científica. Politicamente, a antropologia estrutural se posicionou contra o projeto utópico-revolucionário da modernidade, responsável pela busca da aceleração da história, defendendo, em contrapartida, uma desaceleração histórica que leve à sua dissolução em uma ordem (Reis, 2009, p. 14).

Para Lévi-Strauss, a nascente antropologia estrutural se destacaria exatamente por ser capaz de superar a divisão artificial entre ciências humanas e naturais. Essa nova disciplina deveria se constituir menos como um campo específico do saber e mais como uma postura científica transversal, capaz de integrar contribuições vindas da linguística, da psicologia, da geografia e da matemática. A antropologia, nessa concepção levi-straussiana, não se sustentaria sobre os alicerces frágeis da subjetividade ou do empirismo parcial, mas sim, sobre os métodos rigorosos da ciência. As demais disciplinas humanas serviriam, destarte, como ferramentas subsidiárias para uma investigação antropológica mais ampla e estruturada (Dosse, 2001). Essa busca por rigor científico levou Lévi-Strauss a eleger a linguística como referência central em sua proposta. Vendo na abordagem estrutural desenvolvida por Saussure uma forma de conhecimento exemplar, em 1945, já reconhecia publicamente os avanços dessa ciência, afirmando que,

No conjunto das ciências sociais ao qual pertence indiscutivelmente, a linguística ocupa, entretanto, um lugar excepcional: ela não é uma ciência social como as outras, mas a que, de há muito, realizou os maiores progressos: a única, sem dúvida, que pode reivindicar o nome de ciência e que chegou, ao mesmo tempo, a formular um método positivo e a conhecer a natureza dos fatos submetidos à sua análise (Lévi-Strauss, 1973a, p.45).

Inspirado por esse modelo, Lévi-Strauss propôs a transposição do método científico para as demais ciências humanas, especialmente a antropologia. O objetivo era tornar inteligíveis os fenômenos culturais não por suas manifestações isoladas e empíricas, mas por meio das interrelações que os estruturam. Tais interrelações

conformam uma estrutura constante e comum a todas as sociedades, capaz de explicar as variações culturais superficiais que se apresentam no tempo e no espaço (Araújo, 2011). Essa aproximação entre linguística e antropologia se concretizou especialmente pela incorporação da fonologia estrutural, cujas lições foram decisivas. A primeira dessas lições é a busca pelas invariantes, ou seja, pelos elementos que permanecem constantes por trás da diversidade cultural. A segunda é a recusa de qualquer apelo à consciência do sujeito - tal como na linguagem, em que o falante desconhece as regras estruturais que utiliza, também nas culturas os sujeitos reproduzem padrões estruturais inconscientes que escapam à reflexão individual, conforme proposto por Lévi-Strauss (1955, p. 428-444)⁴. Esse encaminhamento metodológico repercutiu para além da antropologia. O estruturalismo, concebido inicialmente como uma via científica para o estudo das culturas, migrou para outras áreas do saber como a psicanálise, a semiologia e a economia. Essa expansão demonstra o potencial explicativo do método estrutural.

Em diversos momentos de sua trajetória intelectual, Lévi-Strauss se posicionaria de maneira crítica em relação à história. Em seu *História e Etnologia* (1973b), publicado pela primeira vez como artigo na *Revue de Méthaphysique et Morale*, em 1949, e incorporado mais tarde, em 1958, como introdução à coletânea *Antropologia Estrutural*⁵, o antropólogo francês traçou uma série de objeções que visam deslegitimar a história como ciência, propondo, em seu lugar, uma nova abordagem, centrada na antropologia estrutural. A crítica direta de Lévi-Strauss à história reside no que denominou *parcialidade* da história: por depender de documentos escritos, a história opera por meio de uma seleção arbitrária de épocas, lugares e eventos, nunca alcançando a totalidade do real. Isso a torna, inevitavelmente, uma construção subjetiva. Não se trata, portanto, de um saber objetivo, mas de uma forma narrativa limitada por escolhas do historiador, atravessadas por juízos de valor e condicionadas pelo tempo e espaço (Dosse, 2001). Outro ponto da crítica se relaciona com a ideia de progresso histórico: para Lévi-Strauss, a noção de progresso é um mito moderno que estrutura uma narrativa teleológica segundo a qual o Ocidente e, mais especificamente, a Europa representaria o ápice da civilização, enquanto os demais povos seriam vistos como “não-civilizados” (Araújo, 2011). A narrativa histórica, portanto, seria um mecanismo simbólico que justifica domínios coloniais, legitima desigualdades e camufla a

⁴ Para uma discussão aprofundada, cf. Chilcott (1998, p. 103-111).

⁵ Coletânea de artigos escritos e publicados durante as décadas de 1940 e 1950.

pluralidade de experiências humanas. A antropologia estrutural, ao rejeitar essa lógica, propõe um novo paradigma: não há civilizações mais ou menos desenvolvidas, apenas formas diferentes de organização das experiências. O método histórico também seria criticado por sua dificuldade em alcançar a cientificidade, já que haveria um impasse lógico no trabalho do historiador: quanto mais dados se reúne, mais difícil se torna formular uma explicação coerente. Por outro lado, quando se selecionam poucos dados para construir uma narrativa explicativa mais forte, o historiador incorreria na arbitrariedade, comprometendo a validade científica de suas conclusões (Araújo, 2011). A história, assim, estaria condenada a oscilar entre a acumulação empírica pouco inteligível e a construção teórica pouco fundamentada.

Lévi-Strauss ainda distinguiria as abordagens da história e da antropologia proposta a partir da oposição entre *diacronia* e *sincronia*. A primeira se preocupa com as mudanças ao longo do tempo, com o devir, com a instabilidade. A segunda, ao contrário, busca os elementos invariantes das sociedades humanas, ou seja, as estruturas inconscientes que organizam o pensamento e o comportamento social. Enquanto a história se detém nos eventos singulares, empíricos e aleatórios; a antropologia procuraria revelar os padrões latentes, as constantes que permanecem inalteradas apesar das variações aparentes. O tempo histórico, assim, não oferece uma inteligibilidade superior à da sincronia espacial; ao contrário, oferece apenas uma *ilusão de continuidade*, apoiada na igualmente ilusória ideia de que o “eu” é contínuo no tempo (Dosse, 2001; Araújo, 2011; Reis, 2009).

Essa desconfiança acerca da história enquanto modo de conhecimento também levou Lévi-Strauss a rejeitar as filosofias da história: estas seriam apenas mitos modernos, equivalentes simbólicos às cosmogonias das sociedades ditas “primitivas”, pois tratam os eventos humanos como dotados de um sentido, quando na verdade emergem de processos contingentes e instáveis. No limite, a história não seria ciência, mas apenas consciência. Embora, em momentos mais conciliadores, tenha sugerido que toda boa obra histórica é, em essência, etnológica, esse gesto de aproximação não anulou suas críticas. Em textos posteriores, como *História e Dialética*, capítulo de *O pensamento selvagem*, publicado em 1962, Lévi-Strauss reforçaria a ideia de que a história, embora importante, deveria ser subordinada à antropologia, pois apenas esta teria acesso aos processos que estruturam a experiência humana (1989). Trata-se de um movimento epistemológico decisivo: abandonar o acontecimento como unidade

privilegiada de análise e assumir que há uma lógica estrutural que se rearticula mesmo quando eventos parecem desestabilizá-la (Reis, 2009). Essa perspectiva estrutura-se sobre a ideia de que a vida social se organiza a partir de formas inconscientes, invisíveis aos próprios agentes. Lévi-Strauss distingue assim dois domínios de conhecimento: a história lida com as expressões conscientes, enquanto a etnologia se volta às condições inconscientes da vida social. Tal distinção revela uma premissa central do estruturalismo: o funcionamento inconsciente da cultura, análogo ao da linguagem, é o que permite compreender por que instituições e costumes semelhantes emergem em épocas e lugares diferentes. A estrutura da língua, por exemplo, “permanece desconhecida daquele que a fala”, mas ainda assim impõe “quadros conceituais” que são compartilhados.

As críticas à temporalidade histórica não implicam, no entanto, uma eliminação completa. Como observa Dosse (2001), Lévi-Strauss distinguiu entre dois ritmos históricos: o “quente”, característico das sociedades ocidentais modernas, marcadas por uma história cumulativa e acelerada; e o “frio”, das chamadas sociedades primitivas, em que a sucessão temporal se dilui em um sistema mais estável. Mesmo com essa concessão, permanece o traço fundamentalmente anti-histórico de sua abordagem: a finalidade da antropologia estrutural seria “eliminar” os processos históricos conscientes para alcançar as “possibilidades inconscientes” do humano, cuja lógica, embora não previsível, tampouco é arbitrária. Nesses termos, a estrutura é concebida como mais real que o fato empírico, o que se expressa claramente na distinção entre os sistemas de parentesco (dados observáveis) e suas estruturas elementares (relações não diretamente perceptíveis, mas logicamente demonstráveis). Essa distinção ecoa a definição de estrutura formulada por Pomian: um “conjunto de relações racionais e interdependentes cuja realidade se demonstrou e cuja descrição resultou numa teoria” (1990, p. 239). Tal perspectiva se opõe frontalmente à visão cristã-iluminista que identificava na história a trajetória emancipatória da humanidade (Reis, 2009).

Ainda na década de 1950, o estruturalismo passou a receber críticas. Uma dessas veio de Paul Ricoeur, que, vinculado à tradição hermenêutica, via no tempo histórico um elemento fundamental. Ricoeur (1970) questiona diretamente o método estruturalista por sua ênfase excessiva na sincronia em detrimento da diacronia, ou seja, por privilegiar estruturas atemporais em lugar do desenvolvimento histórico dos fenômenos (Sales, 2003). Para ele, a estrutura não pode ser pensada isoladamente da

temporalidade. Em sua leitura de *Antropologia estrutural*, Ricoeur identificou em Lévi-Strauss uma aposta precoce na identidade entre as leis do mundo e as leis do pensamento, uma estratégia argumentativa sincrônica e não-histórica que garantiria ao estruturalismo sua pretensa cientificidade (1970, p. 171-172). Ainda segundo Ricoeur, há uma generalização ao se fazer uma “escolha radical pela sintaxe em detrimento da semântica” (Ricoeur, 1970, p. 175). Há, portanto, uma subordinação da significação histórica a uma gramática universal das estruturas. Ou seja, a diacronia não é significativa a não ser pela sua relação com a sincronia, daí a necessidade de articulação entre tempo e estrutura - uma tensão conceitual que permanece viva no debate contemporâneo, como reforça Masaro ao falar em “coabitação” entre ambos (Masaro, 2018). Não apenas Ricoeur, mas também autores como Jacques Derrida (1976), com suas críticas filosóficas ao logocentrismo estruturalista, e Vincent Descombes (1979), com uma crítica epistemológica à coerência interna do projeto estruturalista, contribuíram para enfraquecer a hegemonia estruturalista nas ciências humanas. A historiografia também não permaneceu em silêncio diante das críticas do estruturalismo: com Fernand Braudel, houve uma resposta.

Braudel e a *dialética da duração* como resposta

O desafio lançado pelo estruturalismo gerou uma importante inflexão na historiografia francesa, especialmente na tradição dos *Annales*, cuja resposta mais significativa se deu pela obra de Fernand Braudel, responsável por incorporar, ainda que seletivamente, algumas das ideias fundamentais da antropologia estrutural. Braudel inverte a lógica estruturalista ao afirmar que, diferentemente da proposta de Lévi-Strauss que colocava a antropologia como ciência modelo, seria a história, com sua complexidade analítica, a única capaz de unificar as demais ciências humanas. Nessa perspectiva, a história não se opõe ao estruturalismo, mas o absorve e transforma, a tal ponto que, para alguns, se pode afirmar que “venceu” o embate ao incorporar criticamente seus elementos (Araújo, 2011). Esse triunfo, todavia, custou caro: a história teve que repensar seus próprios paradigmas, objetos e métodos, e abrir-se à longa duração e aos modelos formais: transformações que permitiram sua sobrevivência no cenário epistemológico francês do século XX.

A resposta historiográfica de Braudel toma corpo principalmente no célebre artigo *História e Ciências Sociais: A Longa Duração*, publicado em 1958 na revista *Annales ESC* e posteriormente incluído em *Escritos sobre a História* (Braudel, 2011). Nesse texto, Braudel propõe uma articulação temporal, com ênfase nas estruturas de *longa duração*, sem, contudo, abandonar o evento, justamente o que Lévi-Strauss criticava como central na história. O dualismo entre evento e estrutura, nestes termos, seria infecundo: a história seria, portanto, o conhecimento da “dialética da duração” (Braudel, 2011). Assim, estrutura e acontecimento se entrelaçam em camadas temporais, sem que uma se sobreponha ou elimine a outra.

Braudel reconhece a importância da crítica que Lévi-Strauss faz para os aspectos estruturais da vida social. Contudo, ressalta que essa não era uma novidade para os historiadores ligados aos *Annales*. Desde os anos 1920, obras como *O Problema da Descença no Século XVI*, de Lucien Febvre (2009), e *Os Reis Taumaturgos*, de Marc Bloch (2018), já articulavam evento e estrutura de maneira criativa e densa, sob influências de Saussure, Durkheim e do geógrafo Paul Vidal de la Blache. Em outras palavras, Braudel compreendia que a historiografia já havia intuído o caminho estrutural antes mesmo que Lévi-Strauss o transformasse em um programa teórico. A grande diferença estaria na maneira como se articula a relação entre tempo e estrutura. Para Braudel, o historiador não escolhe entre o evento ou a estrutura, como faz o antropólogo, se movendo justamente no espaço de tensão e complementaridade entre ambas, fundando uma prática analítica baseada na articulação de múltiplas temporalidades (Reis, 2009). A história, assim, não abdica da mudança nem se fixa em permanências absolutas.

Braudel admite, como Lévi-Strauss, a existência de certo inconsciente social revelado sobremaneira por fontes seriais. Também emprega modelos variados (quantitativos, qualitativos, estáticos, dinâmicos), mas o faz com um princípio regulador: as estruturas só valem enquanto duram. Sua crítica central a Lévi-Strauss é justamente a noção de um “homem eterno”, apreendido por meio de matemáticas qualitativas que, embora eficazes para sociedades frias e estáveis, teriam dificuldades para lidar com a modernidade “quente”, marcada por diferentes velocidades, rupturas e variações. Nesse contexto, apenas o historiador, atento à duração e à transformação, poderia testar adequadamente esses modelos (Reis, 2009). É nesse ponto que se insere a

máxima de André Burguière ao afirmar que pouco estruturalismo afasta da história; muito estruturalismo exige o retorno à história (1971).

Para Braudel, compreender os ritmos do tempo é a condição primeira para se captar a complexidade da experiência humana. Como o próprio Braudel afirmou: “meu grande problema, o único problema a resolver, é demonstrar que o tempo avança com diferentes velocidades” (Braudel *apud* Burke, 1991, p. 52), de modo que qualquer análise histórica deveria levar em conta essa pluralidade de temporalidades. Com essa premissa, Braudel desenvolveu uma concepção estrutural da história que não nega o tempo, mas, ao contrário, o distribui em três níveis de duração: o tempo geo-histórico (ou estrutural), quase imóvel, que se relaciona à longa duração, sua palavra-chave; o tempo social, da conjuntura e das mudanças lentas; e o tempo dos acontecimentos, caracterizado por sua efemeridade. É precisamente a pluralidade dessas durações que sustenta uma metodologia comum às ciências humanas, permitindo articular a história com outros saberes (Braudel, 2011).

Tal qual Lévi-Strauss, Braudel é contundente em sua desconfiança em relação à curta duração, considerando-o enganoso, pois conduz a explicações precipitadas. Em oposição a isso, valoriza de forma enfática a longa duração, não só como o tempo por excelência da história, mas também como uma chave interpretativa para as demais ciências. A longa duração, para ele, abriga estruturas: limites, resistências, permanências e tendências que sustentam os ritmos da história. Silenciosa, difícil de captar, mas imperiosa e irreversível, é um tempo que estrutura todos os demais. Com isso, Braudel inovou ao propor uma dialética das durações, conceito que o afasta tanto da oposição binária entre estrutura e evento quanto da ausência de temporalidade. Em vez de separar os níveis temporais, Braudel insiste em sua solidariedade: longa duração, conjuntura e evento se articulam (Braudel, 2011). Tal concepção permite ver as estruturas não como formas eternas e imutáveis, mas como acontecimentos demasiadamente lentos que se desdobram ao longo do tempo. Ou, como diria Jurandir Malerba, “a estrutura é um acontecimento na longa duração” (Malerba, 2008, p. 22). Por esse motivo, Braudel prefere falar em “longa duração” ao invés de “estrutura”, justamente para evitar a ideia de rigidez e imobilidade que a noção de estrutura poderia sugerir. Isso não significa negar a existência de estruturas, mas reconhecê-las como dinâmicas, sempre vinculadas à duração e à transformação lenta. É nesse sentido que Pierre Vilar define a investigação histórica como uma busca pelos mecanismos que

articulam a sucessão dos acontecimentos à dinâmica das estruturas dos fatos sociais (Vilar, 1985)⁶.

Apesar de sua contribuição à renovação historiográfica, Braudel também foi alvo de críticas que apontam para limitações em sua abordagem, especialmente no que tange à ação dos sujeitos históricos e à transformação social. Conforme destaca José Carlos Reis (1994), ao enfatizar a longa duração, Braudel acabaria por fazer desaparecer o indivíduo e sua capacidade de promover mudanças: o sujeito histórico perde sua iniciativa e liberdade, visto que a longa duração configura-se como uma espécie de prisão inescapável, na qual o tempo prolongado domina e supera o acontecimento. Tal perspectiva sugere um determinismo estrutural que minimiza o papel da agência individual na história, levantando questões sobre o destino e a liberdade humanas. Além disso, Dosse (2001) faz uma crítica incisiva ao conservadorismo implícito na obra de Braudel, apontando que o historiador se limita a constatar desigualdades, exploração e dominação por uma elite como dados estruturais permanentes das sociedades humanas, sem se preocupar em investigar as causas desses fenômenos e suas resistências. Essa postura restrita à descrição, segundo Dosse, implica uma visão na qual qualquer tentativa de mudança radical, revolução ou transformação social é vista como fadada ao fracasso, pois a estrutura é soberana e imutável. Essa crítica realça a tensão entre o reconhecimento das estruturas sociais duradouras e a possibilidade da ação, indicando uma lacuna no tratamento braudeliano da dinâmica histórica.

Outro ponto importante é que, apesar de sua ambiciosa proposta, Braudel teve dificuldades para articular coerentemente as três partes que compõem sua obra principal, *Mediterrâneo*⁷, o que pode limitar a efetividade da aplicação do conceito de longa duração em relação à conjuntura e aos acontecimentos (Malerba, 2008). Essa

⁶ Vale destacar que, dentro da tradição da história estrutural, coexistem dois modelos distintos: o da longa duração de Braudel e o do marxismo (Malerba, 2008).

⁷ *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II* (Braudel, 2016), publicado em 1949 é, certamente, uma das obras mais significativas de Fernand Braudel. Nesta obra, em certa medida, o autor se propõe a aplicar sua percepção teórica da dialética das durações. Nas palavras de George Araújo: “Em 1923, quando começou a escrever o livro – originalmente sua tese de doutorado – seu objeto de pesquisa poderia ser apontado como um típico exemplo da história diplomática e militar tradicional centrada nas decisões e feitos de um indivíduo: a política externa mediterrânica de Filipe II. Entretanto, no decorrer da redação, Braudel decide mudar o enfoque, e em vez de contar a história de um indivíduo, é o mar Mediterrâneo que se torna a personagem principal. De acordo com François Dosse [...], isso teria sido uma sugestão de Lucien Febvre, quem exercia grande influência sobre Braudel. Sem embargo, José Carlos Reis [...] ressalta que também tiveram peso determinante o contexto histórico da época (a Segunda Guerra Mundial) e a própria vivência do autor.” (Araújo, 2011, pp. 157-158).

fragmentação da obra dificulta uma compreensão plena da dialética temporal proposta pelo autor. Na mesma medida, a crítica epistemológica feita por Temístocles Cezar (1995) assinala que Braudel não estabeleceu um rompimento claro com o estruturalismo; sua argumentação carece de consistência teórica nesse aspecto, sugerindo que, embora tenha dialogado com a antropologia estrutural, sua proposta não se afasta radicalmente do paradigma estruturalista. Tal constatação coloca em evidência que o legado de Braudel permanece complexo, situado entre a continuidade e a transformação das abordagens estruturalistas na historiografia. Essas críticas compõem um panorama para se compreender os limites e os desafios do pensamento de Braudel, ao mesmo tempo em que revelam a complexidade do diálogo entre história, estrutura e ação humana.

A recepção do estruturalismo na historiografia, particularmente entre os autores da chamada terceira geração dos Annales, foi marcada tanto por influências quanto por críticas. Como observa Malerba (2008), as questões colocadas pelo estruturalismo alcançaram praticamente todos os historiadores desse período, sendo um de seus principais efeitos a valorização das fontes seriais e o redimensionamento da categoria de acontecimento. Para Pomian, lido por Malerba, o acontecimento passa a ser compreendido como um “intermezzo entre estruturas” (Malerba, 2008, p. 35), ou seja, como uma ruptura que revela, precisamente, o funcionamento das estruturas que a precedem e a sucedem. Essa concepção, contudo, permanece atravessada pela lógica estruturalista: para o próprio Pomian (1993), a estrutura se define por sua duração, por seus limites geográficos e, sobretudo, por sua imobilidade. No entanto, historiadores como Pierre Vilar expressam desconforto com essa concepção. Ainda segundo Malerba (2000), o afastamento de Vilar em relação ao estruturalismo se deve à recusa de uma “história estacionária”, tal como proposta pela antropologia estruturalista. A crítica de Vilar está, portanto, assentada em um ponto fundamental: o tempo histórico é uma categoria de consciência humana, e qualquer esforço explicativo que ignore a historicidade do tempo incorre em reducionismo (Malerba, 2008). Nesse sentido, a própria ideia de estrutura, enquanto totalidade acabada, anterior à experiência, com função quase teológica ou metafísica, é reavaliada. Essa concepção estruturalista poderia ser identificada, nas palavras de Burke (2002), como um *modelo*: uma construção teórica que permite reproduzir traços fundamentais de um objeto, mas que, por sua própria natureza, elimina a possibilidade do novo e do imprevisto. Assim,

mesmo os historiadores que assimilaram elementos do estruturalismo buscaram, ao longo do tempo, reinscrever a ideia de estrutura no movimento da história, sem renunciar à ação, à mudança e ao tempo. A historiografia, portanto, respondeu ao estruturalismo com apropriações seletivas que preservaram o compromisso com a transformação.

Ao longo desta análise, vimos como Lévi-Strauss, com sua antropologia estrutural, propôs uma leitura das culturas humanas fundada na ideia de estruturas invariantes, o que levou a uma crítica às ciências humanas, especialmente à história, acusada de priorizar o acontecimento e o indivíduo em detrimento das formas profundas e duradouras. A historiografia, especialmente com Fernand Braudel, respondeu a esse desafio ao valorizar a longa duração. Essa aproximação entre estrutura e história gerou tensões, especialmente no que se refere à ação humana, à possibilidade de transformação e à emergência do novo. É justamente a partir dessas tensões que se abrirá espaço para aquilo que *usualmente* é chamado de pós-estruturalismo, movimento que, sem renunciar à crítica estrutural, questionará os fundamentos do conceito de estrutura e suas pretensões totalizantes.

Pós-Estruturalismo: Algumas palavras

Se estruturalismo é um termo amplo, pós-estruturalismo é ainda maior, refletindo a complexidade e a diversidade das respostas filosóficas que emergiram após o próprio estruturalismo. Conforme aponta Michael Peters (2000), o termo é amplamente utilizado na comunidade acadêmica de língua inglesa para designar uma reação ao estruturalismo, especialmente aos trabalhos de Lévi-Strauss na antropologia, Louis Althusser no marxismo, Jacques Lacan na psicanálise e Roland Barthes na literatura (Peters, 2000). Essa diversidade levou alguns autores a preferirem denominações alternativas como *neoestruturalismo* (Frank, 1989) ou *superestruturalismo* (Harland, 1987), indicando uma continuidade com o estruturalismo, mais do que uma ruptura ou superação completa (Brandão, 2015). Vale destacar que o termo pós-estruturalismo só se consolidou a partir da década de 1980, marcando um período de intensas discussões teóricas e filosóficas em torno dos legados e limites do estruturalismo (Masaro, 2018). Nesse sentido, o pós-estruturalismo pode ser compreendido como um subproduto do estruturalismo, apresentando tanto

continuidades quanto rupturas com este último (Maia, 2018). Deve-se entendê-lo como uma resposta especificamente filosófica aos status pretensamente científicos do estruturalismo e à sua pretensão de se constituir como um megaparadigma para as ciências sociais (Masaro, 2018). Essa resposta incide sobre a metafísica presente no argumento estruturalista, estendendo-a em diversas direções, ao mesmo tempo em que preserva elementos centrais da crítica estruturalista ao sujeito humanista (Peters, 2000, p. 10).

O pós-estruturalismo inaugura uma era de profundas transformações na relação entre conhecimento e verdade, conforme destacam Cardoso e Malerba (2000) apontando que, com a ascensão desse movimento, ocorre uma ruptura significativa: não haveria mais um referente estável fora do discurso, o que implica a emergência de um relativismo em que a história se reduz a discursos situados, abandonando-se a noção tradicional de transformação, mudança e diacronia em favor das “descontinuidades enigmáticas” (Malerba, 2008, p. 30). Essa ruptura, no entanto, não significa um rompimento total com o estruturalismo, mas uma crítica interna a ele. O pós-estruturalismo mantém convergências com o estruturalismo, especialmente na crítica ao sujeito cartesiano-kantiano, hegeliano, fenomenológico, existencialista e marxista (Peters, 2000). Desse modo, o sujeito é visto como dependente do sistema linguístico e discursivamente construído, situado entre forças libidinais e práticas socioculturais (Brandão, 2015). Paralelamente, o pós-estruturalismo amplia a crítica ao conceito de verdade, abraçando a pluralidade de interpretações, algo demonstrado em autores como Jean François Lyotard, que critica a universalização da filosofia moderna, e Derrida, que desconstrói o pensamento binário/maniqueísta característico da modernidade (Brandão, 2015). Outro aspecto essencial para a compreensão do pós-estruturalismo é sua ênfase no caráter narrativista da produção intelectual. Essa perspectiva representa uma crítica às abordagens realistas da historiografia dos séculos XIX e XX, abrindo espaço para uma reflexão sobre os processos de construção do conhecimento histórico (Maia, 2018). Nesse cenário de crítica às noções clássicas de verdade, sujeito e história, o pensamento de Michel Foucault se destaca como um desdobramento do pós-estruturalismo - apesar do autor negar sua inserção em modelos epistemológicos. Suas investigações sobre os regimes de saber, as práticas discursivas e as relações de poder evidenciam o abandono de uma história totalizante e a recusa da ideia de sujeito autônomo e universal.

Michel Foucault entre Estruturalismo e Pós-Estruturalismo

A relação entre o pensamento de Michel Foucault e o estruturalismo pode ser compreendida, inicialmente, pela centralidade que ambos conferem à análise sincrônica dos fenômenos. Conforme observa Malerba, a proposição saussuriana, que estabelece a sincronia como eixo da investigação linguística, seria decisiva para a formulação do conceito de *episteme* em Foucault, fornecendo-lhe um modelo não evolutivo de inteligibilidade histórica (2008, p. 27). A perspectiva foucaultiana rompe, assim, com a linearidade temporal tradicionalmente associada à narrativa histórica, substituindo-a pela observação das discontinuidades. Em vez de buscar causas ou origens, sua análise se ancora nas palavras que remetem a outras palavras, ou seja, em jogos discursivos que se constituem pela simultaneidade e não pelo devir (Malerba, 2008, p. 29–30). Essa concepção aproxima Foucault do estruturalismo, sobretudo no que diz respeito à valorização da esfera discursiva como uma rede que possui coerência interna, ainda que desvinculada de referentes extralinguísticos. A linguagem, nesse contexto, deixa de ser um espelho do mundo para tornar-se produtora de realidades. Tal postura, embora crítica ao sujeito transcendental e à história contínua, compartilha com o estruturalismo o empenho em desvincular o conhecimento de qualquer centro metafísico. Não por acaso, o próprio Foucault chegou a considerar o estruturalismo um fenômeno formalista, cuja relevância no século XX poderia ser comparada à do positivismo no século XIX (Foucault, 2005a).

A analogia entre os conceitos foucaultianos e o paradigma estruturalista também pode ser evidenciada na aproximação entre as noções de *episteme* e estrutura. Segundo Masaro (2018), as *epistemes* formuladas por Foucault funcionam de modo semelhante às estruturas lévi-straussianas: ambas ordenam o saber de forma inconsciente e impessoal, oferecendo condições de possibilidade para o pensamento em diferentes épocas. Ainda que Foucault se recusasse a assumir a filiação, é inegável que sua *arqueologia do saber* conserva traços fundamentais do estruturalismo, especialmente no que se refere ao abandono do sujeito como origem do sentido e à recusa de uma história dotada de finalidade (Foucault, 2005b).

A filiação teórica de Foucault é complexa e deve ser situada em relação direta com a tradição genealógica inaugurada por Friedrich Nietzsche, embora seja

frequentemente associado ao estruturalismo e/ou ao pós-estruturalismo – rótulos recusados pelo autor (Foucault, 2005). Nietzsche foi, aliás, um dos pilares fundamentais para a constituição do próprio pós-estruturalismo, notadamente por sua recusa das essências e sua aposta na desconstrução da verdade como produto de relações de força e contingência histórica. Apesar disso, a produção foucaultiana foi frequentemente situada “ora nos limites do estruturalismo, ora no centro do pós-estruturalismo”, como destaca Temístocles Cezar (1995, p. 136). Isso se deve, em parte, ao reconhecimento explícito que o autor faz da relevância do estruturalismo em obras como *As palavras e as coisas* (s/d). Foucault aproxima-se do estruturalismo na medida em que compartilha com ele o afastamento da centralidade do sujeito e a recusa de um humanismo essencialista. No entanto, sua insistência na descontinuidade e nas rupturas históricas o afastam deste. A descontinuidade, longe de ser um obstáculo ao autor, torna-se uma chave de leitura da história (Cezar, 1995). Nesse sentido, elabora uma abordagem crítica da história que não busca explicações totalizantes, mas sim evidenciar os jogos de saber e poder em suas formações singulares.

A recepção do pensamento de Michel Foucault no campo historiográfico constitui um dos desdobramentos mais significativos do diálogo entre estruturalismo e pós-estruturalismo. Com base em Nietzsche, o autor desenvolveu seu método genealógico, o qual, assim como a arqueologia, evita deliberadamente as narrativas fundadas em recorrência ou evolução linear. Seu objetivo reside, antes, na descrição e isolamento das diferenças, conforme explicitado em “Nietzsche, a genealogia e a história” (Foucault, 2008). Esse deslocamento epistemológico leva Foucault a formular uma concepção de história desvinculada das noções clássicas de sentido ou progresso. Para Foucault,

o modelo histórico não deve ser buscado na língua ou nos signos (duas *ciências* fundamentais do programa estruturalista) mas em seu caráter belicoso; ou seja, a historicidade é antes relação de poder do que relação de sentido. Para Foucault *a história não tem sentido, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas.* (Cezar, 1995, p. 141, *grifos no original*).

Essa posição radical, no entanto, não esteve isenta de críticas. Malerba destaca duas questões centrais:

ninguém conseguiu explicar até hoje, nem o próprio Foucault, como em seu pensamento se daria a passagem de uma episteme a outra; em segundo, se é dado para Foucault que todo discurso é enunciado em consonância com uma episteme e é instrumento de um jogo de poder, nem por isso o próprio deixou evidenciado a partir de qual episteme se enuncia o seu discurso – e a que posições/interesses serve. (Malerba, 2008, p. 30)

O próprio Foucault reconheceria certa opacidade conceitual no que se chamou de estruturalismo. Para ele, “nenhum dos atores desse movimento, mas também nenhum daqueles que [...] receberam a etiqueta de estruturalista sabiam exatamente do que se tratava” (Foucault, 2005, p. 307). Apesar dessas ambiguidades, a influência do autor sobre os historiadores é inegável. A obra de Paul Veyne, por exemplo, atesta a fecundidade de seu pensamento no campo da história (1998). A perspectiva foucaultiana, marcada pela crítica ao sujeito, pela centralidade dos discursos e pela análise das práticas como relações de poder, reconfigurou as abordagens historiográficas, introduzindo novas formas de inteligibilidade e questionando os fundamentos da disciplina. Com isso, afastando-se das classificações fáceis e recusando ser nomeado como estruturalista ou pós-estruturalista, Foucault operou uma inflexão fundamental na maneira como o conhecimento histórico é concebido⁸.

Considerações finais

A reflexão sobre os desdobramentos do estruturalismo (originado na antropologia) e do pós-estruturalismo (originado em vários campos) na escrita da história impõe, como ponto de partida, o reconhecimento da complexidade dos campos envolvidos. De um lado, o estruturalismo promoveu um profundo deslocamento na forma como os fenômenos sociais e culturais passaram a ser compreendidos, sugerindo a existência de estruturas implícitas na experiência humana. De outro, o pós-estruturalismo intensificou esse deslocamento, ao desconfiar dos próprios fundamentos racionalistas e universalizantes que o estruturalismo, em certa medida, ainda mantinha. Como observa Peters (2000), tanto estruturalistas quanto pós-estruturalistas

⁸ Para uma discussão aprofundada e plural sobre Michel Foucault, conferir: Costa Jr. (2022), O'Brien (1995), Machado (1988), Megill (1987), Merquior (1985), Baudrillard (1984), Cardoso (1988) e Sahlins (2004).

compartilham a suspeita em relação à primazia da consciência humana, proposta pelo humanismo moderno. A crítica à universalização do sujeito e à ideia de consciência aponta para o cerne das exclusões operadas por esse modelo – especialmente na relação com o *outro* –, e prepara o caminho para uma nova concepção de sujeito: finito, discursivo e culturalmente situado (Brandão, 2015). Trata-se de um redimensionamento epistemológico profundo, que redefine os parâmetros do conhecimento e da própria história. Assim, o pós-estruturalismo não apenas contesta o cientificismo herdado do positivismo e do estruturalismo, como também desestabiliza as dicotomias e os sistemas totalizantes sobre os quais essas abordagens se sustentavam (Gutting, 2001).

Essa perspectiva implica um novo posicionamento diante da verdade, da razão e da própria história. Enquanto o estruturalismo buscava decifrar estruturas, acreditando em um sentido possível, ainda que invisível, o pós-estruturalismo abandona essa crença em favor da fragmentação e da contingência (Reis, 2019). O conhecimento histórico, nesse cenário, torna-se essencialmente interpretativo e a realidade histórica, um campo de produção discursiva, marcado por jogos de linguagem e lutas simbólicas, e não por essências ou determinações estáveis. Por isso, embora o termo “pós-estruturalismo” não tenha surgido entre os próprios autores assim classificados (Masaro, 2018), e embora estes mesmos autores frequentemente rejeitem tal rotulação, é possível identificar, entre eles, um compromisso comum com a crítica à razão iluminista, com a problematização do sujeito e com a recusa de qualquer universalismo. Em última instância, a contribuição do pós-estruturalismo à escrita da história reside justamente nisso: em sua disposição em pensar a história não como reconstrução de um passado objetivo, mas como campo de forças, linguagem e poder - uma história que se escreve na tensão entre memórias, narrativas e disputas de sentido.

A historiografia, ao incorporar essas críticas e perspectivas, não abandona sua vocação analítica; antes, amplia seu campo de formulação conceitual, reconhecendo a instabilidade dos sentidos e a pluralidade das vozes que compõem o real. Nesse horizonte, o diálogo entre disciplinas, como propôs Braudel já em 1958, a desconfiança diante dos sistemas totalizantes e a valorização da diferença e da descontinuidade se tornam pilares fundamentais para pensar o humano e, é claro, para narrar suas histórias.

REFERÊNCIAS

Araújo, George. Considerações sobre as relações entre estruturalismo e história. **OPSIS**, Catalão, v. 11, n. 2, p.153-166 - jul-dez, 2011.

Bastide, Roger. Introdução ao estudo do termo 'Estrutura'. In: Bastide, Roger. (org.) **Usos e sentidos do termo 'estrutura'**: nas Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Herder, Editora da Universidade de São Paulo, 1971, p. 1-14.

Baudrillard, Jean. **Esquecer Foucault**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

Benjamin, Walter. Sobre o conceito de história. In: Benjamin, Walter. **Obras escolhidas**: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Berr, Henri. **La Synthèse en histoire**: Essai critique et théorique. Paris: Félix Alcan, 1911.

Bloch, Marc. **Os reis taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Brandão, Ramon Taniguchi Piretti. Estruturalismo e pós-estruturalismo: uma arqueologia dos conceitos e o lugar ocupado por Foucault. **Estação Científica** (UNIFAP), Macapá, v. 5, n. 1, p. 33-46, jan./jun. 2015.

Braudel, Fernand. História e Ciências Sociais: A Longa Duração. In: Braudel, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2011, pp. 41-78.

Braudel, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II**. 2 vols. São Paulo: EdUSP, 2016.

Burguière, André. Histoire et Structure. In: **Annales ESC**, no 3. Paris: A. Colin, mai/juin, 1971.

Burke, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989. São Paulo: Unesp, 1991.

Burke, P. **História e teoria social**. São Paulo: Unesp, 2002.

Cardoso, Ciro Flamarion. **Ensaio racionalistas**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

Cardoso, Ciro Flamarion; Malerba, Jurandir. **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

Cezar, Temístocles. Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico. **Anos 90** (UFRGS), Porto Alegre, n.4, 1995.

Chilcott, John H. Structural functionalism as a heuristic device. **Anthropology & Education Quarterly**, Washington, DC, v. 29, no. 1, p. 103-111, Mar. 1998.

Costa Jr., José dos Santos. Pós-estruturalismo e escrita da história: A genealogia como crítica da subjetividade. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 90–112, 2022.

Derrida, Jacques. Estrutura, signo e jogo no discurso das Ciências Humanas. *In*: Macksey; Donato (org.) **A controvérsia estruturalista**: as linguagens da crítica e as ciências do homem. São Paulo: Cultrix, 1976, p.260-284.

Descombes, Vincent. **Le même et l'autre**: quarante-cinq ans de philosophie française (1933-1978). Paris: Cambridge University Press e Les Éditions de Minuit, 1979.

Dosse, François. **História do estruturalismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

Dosse, François. O traje novo do presidente Braudel. *In*: Dosse, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Unesp, 2001.

Febvre, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Ferry, Luc; Renault, Alain. **Pensamento 68**: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. São Paulo: Ensaio, 1988.

Foucault, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, sd.

Foucault, Michel. Estruturalismo e pós-estruturalismo. *In*: **Ditos e Escritos II**: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

Foucault, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Coimbra: Almedina, 2005b.

Foucault, Michel. **Microfísica do Poder**. 26ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

Frank, Manfred. **What is neostructuralism?** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

Gutting, Gary. Post-Structuralism & Post-Structuralism in the Social Science. *In*: Craig, Edward. (org.). **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. Londres: Nova Iorque: Routledge, 1998, 596-604.

Harland, Richard. **Superstructuralism**: the philosophy of structuralism and post-structuralism. Londres; Nova York: Methuen, 1987.

Lefebvre, Henri. O conceito de estrutura em Marx. Bastide, Roger. (org.) **Usos e sentidos do termo 'estrutura'**: nas Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Herder, Editora da Universidade de São Paulo, 1971, p. 101-108.

Lévi-Strauss, Claude. The structural study of myth. **The Journal of American Folklore**, Boston, v. 68, n. 270, p. 428-444, 1955.

Lévi-Strauss, Claude. A Análise Estrutural em linguística e em Antropologia. In: Lévi-Strauss, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973a, pp. 45-70.

Lévi-Strauss, Claude. História e Etnologia. In: Lévi-Strauss, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosas & Naify, 1973b, pp. 13-41.

Lévi-Strauss, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

Lévi-Strauss, Claude. História e dialética. In: Lévi-Strauss, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989, pp. 273-298.

Machado, Roberto. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Maia, Carlos Alvarez. A crise da história e a onda pós-estruturalista. **Revista Maracanan**. N. 18, jan./jun., 2018, p. 50-65.

Malerba, Jurandir. Estrutura, estruturalismo e história estrutural. **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 12, núm. 1, 2008, pp. 19-55.

Masaro, Leonardo. Reconciliação com a História: Foucault do Estruturalismo ao Pós-Estruturalismo. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v.6, n.1, jul. 2018, p. 379-400.

Megill, Allan. **Prophets of extremity**: Nietzsche, Heidegger, Foucault, Derrida. Berkeley: University of California, 1987.

Merquior, José Guilherme. **Michel Foucault ou o niilismo de cátedra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

O'Brien, Patricia. História da Cultura de Michel Foucault. In: Hunt, Lynn. (org.). **A nova história cultural**. SP: Martins Fontes, 1995.

Peters, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2000.

Piaget, Jean. **O estruturalismo**. São Paulo: Difel, 1970.

Pomian, Krzysztof. **El orden del tiempo**. Barcelona: Júcar, 1990.

Pomian, Krzysztof. A história das estruturas. In: Le Goff, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Reis, José Carlos. **Nouvelle Histoire e Tempo Histórico**: a Contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

Reis, José Carlos. História da História (1950/60). História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 08–18, 2009.

Reis, José Carlos. O impacto da teoria de Lévi-Strauss além das fronteiras da antropologia e a superação do estruturalismo. In: Reis, José Carlos. **O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica**. Entrevista a Danilo Albergaria. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, pp. 183-187.

Ricoeur, Paul. Estrutura e hermenêutica. In: Lima, Luiz Costa (org.). **O estruturalismo de Lévi-Strauss**. Petrópolis: Vozes, 1970, p. 157-191.

Sahlins, Marshall. **Esperando Foucault, ainda**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

Sales, Léa Silveira. Estruturalismo - História, definições, problemas. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUSC, n. 33, p.159-188, abril de 2003.

Saussure, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.

Veyne, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

Vilar, Pierre. **Iniciação ao vocabulário da análise histórica**. Lisboa: Sá da Costa, 1985.

Weil, André. Apêndice à parte I (1. Estudo algébrico de alguns tipos de leis de casamento; 2. Comentários). In: Lévi-Strauss, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982, pp. 266-274.

AGRADECIMENTO

Agradecemos aos alunos da Universidade Católica de Petrópolis pelas inquietações que nos levaram à produção deste texto. Esperamos que esta pequena introdução possa auxiliá-los, bem como a nossos alunos vindouros.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

CONTEXTO DE PESQUISA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO

Data de submissão: 08 de fevereiro de 2024.

Data da primeira alteração: 12 de julho de 2024.

Data da segunda alteração: não solicitada.

Data de aprovação: 23 de outubro de 2024.

Data da publicação: 20 de dezembro de 2024.